ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO PERÍMETRO DE AÇÃO INTEGRADA CABUÇU DE BAIXO 4 E 5 – TRIÊNIO 2022-2025

Aos dezesseis dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro, às quinze horas nas dependências do CRAS Brasilândia III, localizado à Rua Ibiraiaras, nº 372 – Brasilândia-SP, reuniram-se os(as) membros(as) conselheiros(as) do Conselho Gestor dos Perímetros de Ação Integrada (PAIs) Cabuçu de Baixo 4 e 5, representantes da Sociedade Civil: Conselheiro Titular Sr. Raimundo Silva de Jesus, Conselheira Titular Sra. Lucimeire Gomes da Silva Souza, Conselheira Suplente Sra. Vilma Maria de Jesus, Conselheira Titular Sra. Vera Lucia Hoyte e Conselheira Titular Sra. Iara Aparecida Ribeiro. O Poder Público foi representado pela Coordenadora do Conselho Gestor, a técnica social Sra. Glécia Morena Duarte e a suplente Sra. Ana Carolina Camargo de Castro (Secretaria Municipal de Habitação- SEHAB/DTS- Norte), Sr. Alexandre Moratore (Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras - SIURB) e Sra. Sueli de Almeida Venâncio (Subprefeitura Freguesia do Ó / Brasilândia). Participou como convidada a técnica da Gerenciadora COBRAPE, Aline Asaeda Alves de Araújo. A reunião foi iniciada com as apresentações dos presentes, momento que cada membro teve a oportunidade de se identificar e mencionar sua função dentro do Conselho Gestor. A Sra. Glécia, que conduziu a reunião, agradeceu a presença de todos e deu início à discussão das pautas do dia. Durante a abertura, foram destacadas questões burocráticas que precisam ser tratadas, incluindo a aprovação das atas anteriores e a formalização das datas de reuniões futuras. Além disso, a Sra. Glécia lembrou a necessidade de discutir a alteração do Regimento Interno, assunto que já vem sendo debatido há algum tempo e que visa melhorar a eficácia das reuniões e a participação dos conselheiros. Em seguida, foram repassados informes sobre o que foi discutido na reunião anterior, destacando o diálogo estabelecido com alguns órgãos da prefeitura, em especial com a Subprefeitura. Com relação à presença da Subprefeitura, a população tem observado uma presença constante da Subprefeitura em diversas atividades dentro do território. Essa questão gerou inquietação e questionamentos, levando o Conselho Gestor a solicitar a formação de uma comissão. O objetivo da comissão é compreender melhor os motivos dessa presença acentuada e suas implicações. A comissão agendou uma reunião com o subprefeito, na qual foram abordadas diversas questões relacionadas às obras em andamento. O subprefeito informou que estava dialogando com técnicos da SIURB para realizar levantamentos e estudos sobre áreas de risco e propostas de redução de danos. A equipe presente sugeriu que o subprefeito articulasse uma apresentação dos projetos do programa de redução de riscos que estão sendo executados no território, mas até o momento, não houve retorno sobre essa articulação. Com relação ao diálogo com a Coordenadoria de Regularização Fundiária (CRF), foi citado que outro ponto importante discutido foi o diálogo com a SEHAB/CRF. Em agosto, uma comissão foi formada para participar de uma reunião com a engenheira ambiental da SEHAB/CRF. No dia 16 de

setembro, a engenheira Lígia compartilhou um parecer técnico da CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo), que indicou que a regularização de determinadas áreas estava suspensa devido à contaminação, a qual ainda está em estudo. A equipe da SEHAB/CRF destacou que é necessário um termo da CETESB para que a área se torne passível de regularização. A situação se tornou complexa, uma vez que a empresa contratada pelo proprietário não estava atendendo às exigências da CETESB, o que gerou críticas em relação à qualidade dos estudos realizados. Esclareceu-se que a empresa deve readequar a metodologia e retornar a campo para a realização de novos levantamentos para atender aos ajustes e informações complementares solicitados pela CETESB. Uma conselheira compartilhou sua experiência ao visitar uma área que possui um campinho, onde observou uma equipe realizando medições de gás. Tal fato sugere que há progresso nas investigações. Com relação à Reunião realizada com o Secretário, foi mencionado que foi solicitada uma nova reunião, uma vez que o processo SEI está parado no gabinete, classificado como sobrestado (suspenso temporariamente), sem movimentação. Entendeu-se que será importante aguardar as mundanças de gestão para cobrar o andamento Em seguida, a Sra. Glécia deu início à pauta para a aprovação das atas. Assim, as atas das reuniões anteriores foram apresentadas e aprovadas por unanimidade. As datas das atas aprovadas são: 21 de fevereiro de 2024, 17 de abril de 2024, 15 de maio de 2024 e 19 de junho de 2024. Permaneceu pendente a aprovação da ata referente ao dia 21 de agosto de 2024, a qual será discutida na próxima reunião. No que tange à alteração na Suplência da coordenação Conselho Gestor, a Sra. Glécia informou que foi encaminhado por meio de processo SEI, uma portaria com alteração da suplência e encontra-se aguardando publicação em Diário Oficial. Dessa forma, a participação da Sra. Ana Carolina, que já tem contribuído nas discussões, será formalizada. A pauta foi então direcionada às alterações no Regimento Interno, momento em que foram discutidas as propostas de modificação. Um quadro foi elaborado, incluindo a participação dos suplentes; no entanto, ficou evidenciado que, conforme o regimento vigente, apenas os conselheiros titulares são considerados nas deliberações referentes à perda de mandato. As ausências e faltas justificadas foram analisadas, e, até o presente momento, não houve perdas de mandato entre os conselheiros. Ressaltou-se a importância do artigo 6º (sexto), que versa sobre a substituição dos conselheiros. A eleição dos representantes das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) foi realizada por meio de votação direta. Na ausência de suplentes, os representantes da sociedade civil têm a prerrogativa de indicar novos suplentes, desde que sejam moradores das áreas abrangidas. Ademais, o artigo 11º (décimo primeiro), estabelece que a ausência injustificada de um conselheiro titular em duas reuniões ordinárias durante um período de 12 (doze) meses acarretará a perda de mandato. A presença de suplentes não justifica a ausência do titular, a qual será devidamente registrada nas atas. Após a explanação sobre o assunto, iniciou-se uma discussão acerca da gestão das presenças e ausências dos conselheiros. Foi sugerido que, ao identificar a ausência de um conselheiro titular,

este entre em contato com seu suplente, ressaltando a importância da presença. A conselheira Vera propôs que, em casos de ausências frequentes, o Conselho entre em contato com os suplentes para verificar seu interesse em continuar participando. Após as considerações de todos os presentes, o grupo decidiu pelo acréscimo de um parágrafo que estabeleça que os conselheiros titulares poderão justificar sua ausência apenas uma única vez, podendo ter até duas ausências injustificadas em reuniões ordinárias durante um período de doze meses. A palavra foi passada ao Sr. Alexandre, representante da Secretaria de Infraestrutura e Obras Urbanas (SIURB), convidado a realizar uma apresentação sobre as obras em andamento no território. Ele sintetizou as informações contidas no caderno de bacias hidrográficas do Cabuçu de Baixo, mencionando que estão em execução seis obras, que abrangem a área desde o CEU Paz até a Avenida Manoel Bolivar. O Sr. Alexandre discorreu sobre cada uma das obras, explicando em linhas gerais seus objetivos, cronogramas e os impactos esperados. Além disso, respondeu a todas as dúvidas levantadas pelos conselheiros. Para concluir, a Sra. Glécia enfatizou a relevância do envolvimento do Conselho Gestor no acompanhamento do progresso dos projetos e solicitou ao Sr. Alexandre que mantenha o Conselho informado sobre quaisquer atualizações, conforme previsto nas legislações pertinentes. A Sra. Vilma solicitou a palavra para informar que ocorreu uma reunião na escola com a comunidade, na qual foi anunciado que as crianças precisariam deixar a instituição devido ao início das obras no córrego. A Sra. Glécia esclareceu que não tinham informações sobre essa obra, mas tomou conhecimento da reunião por meio da coordenadora do CRAS, ressaltando que a obra em questão se refere à escola. Foi discutido a necessidade de buscar mais informações, dessa forma o grupo deliberou a criação de uma comissão. A Conselheira Sueli propôs a realização de uma nova reunião com o subprefeito para abordar esses questionamentos. Assim, ficou acordado que farão parte da comissão para a realização da reunião com o subprefeito as Sras. Iara, Vilma e Lucimeire, bem como o Sr. Raimundo. Após discussões entre os presentes, ficou acordado que uma reunião extraordinária será realizada no mês de novembro para a elaboração de uma carta à SIURB. A próxima reunião ordinária foi agendada para o dia 18 de dezembro de 2024, na qual os temas discutidos serão aprofundados e novas pautas poderão ser apresentadas. A reunião foi encerrada com agradecimentos a todos os participantes. Ata lavrada pelas técnicas sociais Edilaine Santos e Aline Araújo.